



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO

No: 7/2014

EMPRESA/EMPREENDEDOR: MARIA PAULINA DUARTE DA SILVA

C.N.P.J / CPF: 26539233515

ATIVIDADE REGULARIZADA: CARCINICULTURA

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: POVOADO TAICOCA DE FORA, BULANDEIRA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A OPERAR INSTALAÇÕES E/OU EQUIPAMENTOS NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

1. O empreendimento objeto deste termo abrange uma área de 10.970,84 m², localizado no Povoado Taiçoca de Fora, S/N, Bairro Bulandeira, no município de Nossa Senhora do Socorro, dos quais, 10.970,84 m² são de área produtiva, utilizados para atividade de cultivo de camarão da espécie *Litopenaeus vannamei*.
2. Toda faixa de manguezal que circunda os viveiros de carcinicultura da Senhora Maria Duarte da Silva deverá ser mantida na sua integridade como forma de assegurar o sistema hidrobiológico e o equilíbrio da biota do solo e dos corpos hídricos;
3. As áreas livres e contíguas aos viveiros equivalentes a 10.970,84 m² de área produtiva, onde se identifica o repovoamento do manguezal devem ser mantidas na sua integridade independente do estágio sucessional de vegetação;
4. O empreendimento não poderá ser ampliado, devendo operar apenas com numero de viveiros existentes, ou seja, 10.970,84 m², com os limites P01 (X= 707441; Y= 8801366), P4 (X= 707497; Y= 8801399) P12 (X= 707479; Y= 8801210) P13 (X= 707411; Y= 8801234). P18 (X= 707505; Y= 8801337) P19 (X= 707509; Y= 8801315), conforme mapa em anexo.
5. A compromissária deverá manter a cobertura vegetal das margens do canal de abastecimento e do canal de escoamento, bem como dos taludes dos viveiros implantados, de forma a evitar os processos erosivos e manter o equilíbrio dinâmico da área.
6. A compromissária deverá respeitar as boas práticas de manejo para atividade de carcinicultura conforme Plano de Manejo apresentado;

7. A compromissária deverá utilizar somente insumos específicos para o cultivo de camarão e as pós-larvas deverão ser adquiridas de empreendimentos licenciados;
8. A compromissária deverá manter intactas às áreas de preservação permanentes adjacentes ao empreendimento conforme preconiza a legislação vigente;
9. A compromissária deverá comunicar à ADEMA, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a despesca dos viveiros de engorda.

Termo de regularização de carcinicultura emitido com base no artigo 11-A, §6º da Lei nº 12.651/2012 e Resolução CEMA nº 21/2014.

Emitida às 14:54:53 do dia 11/08/2014 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2014-004549/TEC/TRC-0029 e Parecer Técnico PT-12086/2014-2020

bbbb1387888f0f4cec3a499d50d3af6c

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.